



33.068.320/0001-32

CAD. ICMS:90808293-18

ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS

HOSPITALARES LTDA

RUA GRAÇA ARANHA, 875 - BRCÃO 02 - SALA A

VARGEM GRANDE - CEP 83321-020

PINHAIS - PR

DA: ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

Fone/Fax: (41) 3699-4237

A: Prefeitura Municipal de Piracanjuba - GO

REF: Pregão Eletrônico nº 033/2024

Pinhais, 23 de setembro de 2024.

A empresa Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ 33.068.320/0001-32, sediada à Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 02, Sala A, Bairro Vargem Grande, Pinhais/PR, como licitante do Pregão Eletrônico supracitado, e tendo tomado conhecimento da ata de Realização, vem por intermédio de sua sócia a Sra. Patrícia Bach, portadora do RG 7.749.742-0/SESP-PR e CPF nº 031.309.619-84, tempestivamente e respeitosamente, com base na verdade e na honestidade, nos fatos e na justiça, assim como na Lei Federal nº 14.133/21 de 01 de abril de 2021, apresentar junto ao Presidente da Comissão de Licitação e ao respectivo Departamento Jurídico o seguinte:

RECURSO

Prezados Senhores,

A empresa Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, vem respeitosamente perante a Comissão Permanente de Licitação da Autarquia Municipal de Prefeitura Municipal de Piracanjuba – GO, opor-se à Decisão do senhor Pregoeiro, face à classificação das licitantes:

Para o item 13:

- 1 - M CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES;
- 2 - CONECTAMED COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP
- 3 - COSTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
- 4 - MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA
- 5 - OP QUIRINO DISTRIBUIDORAEIRELI-EPP
- 6 - DURAN MEDECH TECNOLOGIA MEDICA LTDA
- 7 - HOSP ODONTO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA

do certame supracitado, requerendo, outrossim, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade superior competente, nos termos do Art. 165, § 2º, da Lei 14.133/21.

Nos termos e com base nas razões a seguir apresentadas constará que a classificação é injusta, visto que a arrematante ofertou equipamento em desacordo com a solicitação contida em edital.

DOS FATOS

Do objeto da licitação:

DO OBJETO:

Contratação de empresa apta a fornecer equipamentos, materiais e móveis hospitalares a serem utilizados no Hospital Municipal Thuany Garcia Ribeiro, a serem pagos com fundos de Emenda, proposta nº 01753.396000/1230-01, atendendo então as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO

Para o item 13 o edital solicita:

“MONITOR, tela de 10 à 12 polegadas sensível ao toque; alça de transporte; **mínimo 05 curvas de parâmetros** e números grandes. **Capaz de armazenar até 120 horas de eventos de alarme**, bem como tendências gráficas e numéricas, **com revisão “full-disclosure”**; **Deve possuir possibilidade futura de conexão entre no mínimo 08 monitores sem necessidade central**; Deve contemplar menu para guiar profissionais de saúde em sua rotina pré e pós atendimento hospitalar, além de auxiliar quanto à falhas e dúvidas em todos os parâmetros. Deve possuir possibilidade futura para uso de controle remoto. Alarmes audiovisuais com 3 (três) níveis de prioridade. Pressão Invasiva: Faixa de medição: 1 a 300 mmHg; Deve permitir rotulagem e ajustes de alarmes; **Capnografia: Deve mensurar EtCO2 através do método mainstream**; Faixa de 0 a 150 mmHg e frequência respiratória mínima de 3 a 150 rpm; Apresentação da onda de capnografia e dos respectivos valores de ETCO2 e respirações/minutos; Utilização em pacientes adultos, pediátricos e neonatos; Deve permitir a utilização em pacientes intubados e não intubados. Delta PP/VPP: Variação de Pressão de Pulso (Delta PP ou VPP): Deve possuir tecnologia de indicador de volume intravascular e orientação de fluido terapia em pacientes recebendo ventilação mecânica (PPV/SPV), permitir a medição da Variação de Pressão de Pulso (PPV); Deve permitir a medição da variação sistólica (SPV). Pelo máximo 4 kg. Índice de Proteção de pelo menos IPX1. Alimentação bivolt automática; **Bateria Interna com autonomia mínima de 03 horas**; (ECG): ao menos 7 derivações; Análise de segmento ST; **Análise de arritmias**;

detecção de ao menos 15 tipo de arritmias; FC de ao menos 0 a 300 bpm; Detecção de marca passo; **RESP: por impedância transtorácica**; **FR de ao menos 0 a 150 rpm**; Alarme de apneia com tempo programável pelo usuário. **TEMP: 1 canal; mínimo de 0 a 45° C**; **Oximetria de pulso**: Tecnologia de baixa perfusão nos padrões: Nellcor, Bluepro, Fast ou Masimo SET. Faixa de leitura de 1 a 100%, Ajuste de sensibilidade manual do traçado. **FP de ao menos 30 a 300 bpm**; **PNI: método oscilométrico, de ao menos 0 a 300 mmHg** com medição manual e automática com intervalos programáveis pelo usuário. O monitor deve ser pré configurado ou acompanhar os módulos para monitorar os seguintes parâmetros: ECG, respiração por impedância, SpO2, PNI (pressão não invasiva), Frequência de Pulso, Temperatura, Pressão invasiva e Capnografia Mainstream. Acessórios que acompanham o equipamento: 01 Cabo de ECG de 5 vias (padrão IEC); 01 pré cabo de ECG (cabo tronco); 01 Sensor de Temperatura tipo disco de pele; 01 Sensor de SPO2 tipo clip, reutilizável, tamanho infantil/ adulto; 01 pré cabo de SPO2 (cabo tronco); 01 Mangueira de ar para mensuração de PNI, tamanho adulto; 01 bateria recarregável; 01 Cabo de alimentação para rede elétrica ABNT. Os equipamentos devem ter registro na ANVISA – Ministério da Saúde; Garantia mínima de 24 meses para o equipamento e todos os seus acessórios.”

As licitantes classificadas em 1º, 2º, 3º e 5º lugares (**M CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, CONECTAMED COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP, COSTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, OP QUIRINO DISTRIBUIDORAEIRELI-EPP**), ofertaram a marca CMOS DRAKE, modelo DAVID, a qual não atende ao solicitado em edital, senão vejamos;

Inicialmente disponibilizamos o link <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351224370202033/?numeroRegistro=80058130023> onde encontra se o manual do equipamento.

O edital solicita **mínimo 05 curvas de parâmetros**

Segundo a página 20 do manual, o equipamento só exibe 4 curvas.



Exibição de 4 formas de onda e todos os dados de parâmetros de monitoramento na interface de exibição com alta resolução.

O edital solicita **Capaz de armazenar até 120 horas de eventos de alarme**

Segundo a página 40 do manual de instruções o equipamento em questão pode armazenar somente 96 horas, deixando de atender ao edital.

GRÁFICO DE TENDÊNCIA

O último gráfico de tendências de 1 hora pode ser exibido na resolução de dados de 1/segundo ou 5/segundo.

O gráfico de tendência das últimas 96 horas pode ser exibido na resolução de um dado para cada 1 minuto, 5 minutos ou 10 minutos.

O edital solicita, com revisão "full-disclosure"

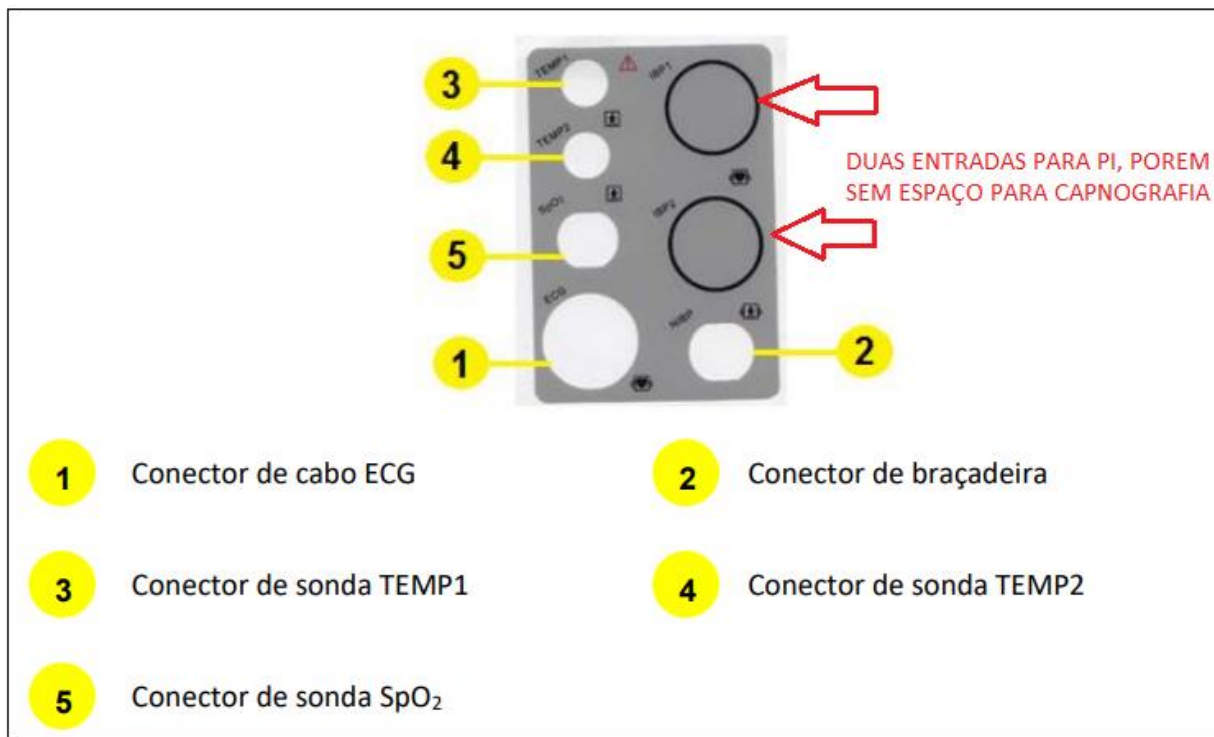
Em consulta ao manual, não foi encontrada essa funcionalidade.

O edital solicita Deve possuir possibilidade futura de conexão entre no mínimo 08 monitores sem necessidade central

Em consulta ao manual não foi encontrada essa funcionalidade.

O edital solicita; **Capnografia: Deve mensurar EtCO2 através do método mainstream**

Segundo a página 29 do manual, podemos verificar que o equipamento não possui espaço para o parâmetro de capnografia.



O edital solicita **Bateria Interna com autonomia mínima de 03 horas**

Segundo a página 32 do manual, o equipamento possui autonomia de 100 minutos, ou seja, muito inferior ao solicitado.

+ Bateria Recarregável Li-íon de 2.2Ah 14.8V

Tempo de operação da bateria em estado normal: >100 minutos

A partir do primeiro alarme para bateria fraca, ela ainda pode funcionar por 5 minutos.

Tempo máximo de carregamento da bateria: 8 horas

O edital solicita **Análise de arritmias; detecção de ao menos 15 tipo de arritmias**

Em consulta ao manual do equipamento não foi localizado a quantidade de Arritmias a qual o equipamento possui capacidade de detectar, porém quando consultamos o catálogo disponível no site do fabricante CMOS DRAKE, através do link https://cmosdrake.com.br/content/uploads/catalogo/David_Monitor_CATALOGO_PT-BR.pdf podemos comprovar que o equipamento realiza a análise de somente 13 Arritmias, deixando de atender ao edital.



O edital solicita PNI: método oscilométrico, de ao menos 0 a 300 mmHg

Segundo a página 126 do manual o equipamento possui margem de Mensuração se 40 a 240 mmhg, deixando de atender ao edital;

Especificação NIBP

Método de Medição	Oscilometria de onda de pulso
Modo de Trabalho	Manual/Auto/Contínuo
Intervalo de Medição do Modo de Medição Automático	1,2,3,4,5,10,15,30,60,90,120,180,240,480 minuto(s)
Tempo de Medição do Modo CONTÍNUO	5 minutos
Faixa PR	40 – 240 bpm

Diante das informações acima, solicitamos a desclassificação das licitantes **M CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, CONECTAMED COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP, COSTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, OP QUIRINO DISTRIBUIDORAEIRELI-EPP** classificadas em classificadas em 1º, 2º, 3º e 5º no presente item.

A licitante classificada em 4º lugar, MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA, ofertou a marca GENERAL, modelo 10”

Em consulta ao site da anvisa <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351682850202015/?numeroRegistro=80393910036> verificamos que o modelo da General Medtech de 10” é o G3F, a qual não atende ao edital, senão vejamos.

O edital solicita **Capaz de armazenar até 120 horas de eventos de alarme**

Segundo a página 77 do manual, o equipamento pode gravar somente 60 eventos, ou seja, inferior ao solicitado.

- Capacidade de armazenar os 60 **eventos** de alarme mais recentes (incluindo a forma de onda do ECG 5 segundos antes e depois do alarme, respectivamente), ao executar a análise de arritmia. Você pode revisar os eventos de arritmia através do menu abaixo.

O edital solicita, **com revisão “full-disclosure**

Em consulta ao manual, não foi encontrada essa funcionalidade.

O edital solicita **Deve possuir possibilidade futura de conexão entre no mínimo 08 monitores sem necessidade central**

Em consulta ao manual não foi encontrada essa funcionalidade.

O edital solicita **Bateria Interna com autonomia mínima de 03 horas**

Segundo a página 153 do manual, o equipamento G3F, possui bateria com autonomia de 2 horas somente, deixando de atender ao edital.

lithium-ion battery (G3C/G3D/G3F/G3G/G3H/G3L/G3N/G3M)	
Tensão nominal	11,1V
Capacidade	4400mAh
Tempo de operação	> 2 horas (quando a bateria está totalmente carregada e o monitor mede a pressão sanguínea a cada dez minutos)

O edital solicita **RESP: por impedância transtorácica; FR de ao menos 0 a 150 rpm** o equipamento em questão realiza de 0 a 120 rpm, inferior, conforme pagina 157 do manual.

ESPECIFICAÇÕES RESP

Técnica de medição	Impedância torácica
Derivação	Opcionais: lead I, lead II and lead III; default lead II
RR	
Faixa de medição	(0 to 120) rpm

O edital solicita. **TEMP: 1 canal; mínimo de 0 a 45° C** porém o equipamento em questão so realiza de 25 a 45, conforme pagina 158 do manual.

ESPECIFICAÇÕES TEMP

Número de canais	2
Parâmetros de exibição	T1, T2, ΔT
Faixa de medição	(25,0~45,0) °C

O edital solicita **Oximetria ... FP de ao menos 30 a 300 bpm** conforme pagina 160 do manual o equipamento realiza 30 a 250, ou seja, inferior.

ESPECIFICAÇÕES PR

Faixa de medição	(30 ~250) bpm
Precisão da medição	±1 bpm or ±2 %, o que for maior
Resolução	1 bpm

O edital solicita **PNI: método oscilométrico, de ao menos 0 a 300 mmHg**

Segundo a página 157 do manual, o equipamento possui margem de mensuração para SYS: 0 A 270 MMHG, DIA: 10-200 MMHG, MAP: 20 A 220 MMHG, ou seja, em nenhuma das faixas de medida o equipamento atende de 0 a 300 mmhg, deixando de atender ao edital

ESPECIFICAÇÕES DE PNI (NIBP)

Técnica de medição	Oscilação
Parâmetros mostrados	Pressão sistólica, pressão diastólica, pressão arterial média
Modos de operação	Manual, auto e contínuo
Intervalo de medição no modo automático	1/2/3/4/5/6/7/8/9/10/15/20/25/30/35/40/45/50/55 minutos e 1/1,5/2/2,5/3/3,5/4/4,5/5/5,5/6/6,5/7/7,5/8 horas
Tempo de medição m modo contínuo	5 minutos
Faixa de medição	SYS : (4.0 ~36.0) kPa or (0 ~270 mmHg DIA : (1.3 ~26.7 kPa or (10 ~200) mmHg MAP : (2.7 ~29.3) kPa or (20 ~220) mmHg

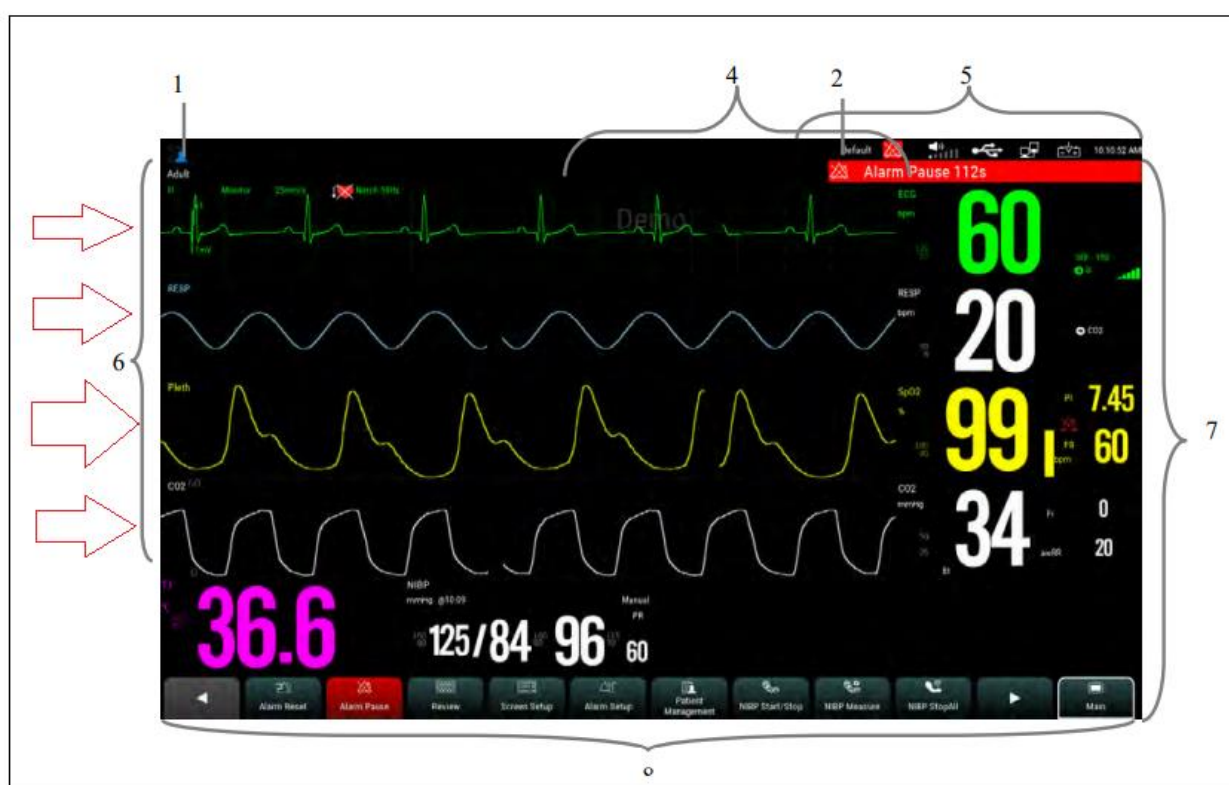
Diante das informações acima, solicitamos a desclassificação da licitante classificada em 4º lugar empresa MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA.

A empresa Classificada em 6º lugar, DURAN MEDECH TECNOLOGIA MEDICA LTDA, ofertou marca BIOLIGHT, modelo M12, a qual não atende ao edital, senão vejamos.

As informações abaixo estão disponíveis no manual de instruções do equipamento no link <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351723607202145/?numeroRegistro=81838410007>

O edital solicita **mínimo 05 curvas de parâmetros**

Conforme imagem da página 18 (1-7) do manual, o equipamento apresenta somente 4 curvas.



O edital solicita **Deve possuir possibilidade futura de conexão entre no mínimo 08 monitores sem necessidade central**

Em consulta ao manual não foi encontrada essa funcionalidade.

O edital solicita **ECG FC de ao menos 0 a 300 bpm** segundo a página 228 (11) do manual, o equipamento realiza adulto 10 a 300 e Pediátrico / Neo 10 a 350, ou seja, inferior ao solicitado



33.068.320/0001-32

CAD. ICMS:90808293-18

ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS

HOSPITALARES LTDA

RUA GRAÇA ARANHA, 875 - BRCÃO 02 - SALA A

VARGEM GRANDE - CEP 83321-020

PINHAIS - PR

Faixa de medida e precisão da Frequência Cardíaca:	Faixa de Medida	Adulto: 10 a 300 bpm Pediátrico e Neonato: 10 a 350 bpm
	Resolução	1 bpm

O edital solicita **Garantia mínima de 24 meses para o equipamento e todos os seus acessórios**, porém não foi encontrado na documentação da licitante proposta comercial garantindo a garantia de 24 meses.

Diante das informações acima, solicitamos a desclassificação da 6º colocada empresa DURAN MEDECH TECNOLOGIA MEDICA LTDA.

A empresa classificada em 7º lugar HOSP ODONTO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ofertou a marca CONTEC, modelo CMS9000, ocorre que o modelo em questão encontra se com o registro na **ANVISA vencido**, ou seja, equipamento proibido de ser comercializado, conforme podemos conferir no link da ANVISA <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351352395202026/?numeroRegistro=80298970173>

20/09/2024, 12:00

Consultas - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Consultas / Produtos para Saúde / Produtos para Saúde

Detalhes do Produto

Nome da Empresa Detentora da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico	MEDMAX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E SIMILARES LTDA- ME		
CNPJ do Detentor da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico	07.760.277/0001-61	Autorização de Funcionamento da Empresa	8.02.989-7
Nome do Dispositivo Médico	MONITOR DE PACIENTE		
Nome Técnico do Dispositivo Médico	Monitor de Sinais Vitais		
Número da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico	80298970173		
Situação da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico	Inválido		
Processo da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico	<u>25351.352395/2020-26</u>		
Fabricante Legal do Dispositivo Médico	• FABRICANTE: CONTEC MEDICAL SYSTEMS CO., LTD. - CHINA, REPÚBLICA POPULAR		
Classificação de Risco do Dispositivo Médico	III - ALTO RISCO		
Data de Início da Vigência da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico	04/05/2020		
Data de Vencimento da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico	04/05/2022 Vencido		

Tipo de Arquivo	Arquivos	Expediente, data e hora de inclusão
INSTRUÇÕES DE USO OU MANUAL DO USUÁRIO DO PRODUTO	MANUAL DO USUÁRIO - CMS 8000.pdf	4131632/21-7 - 19/10/2021 - 05:41
INSTRUÇÕES DE USO OU MANUAL DO USUÁRIO DO PRODUTO	MANUAL DO USUÁRIO - CMS 9000.pdf	4131632/21-7 - 19/10/2021 - 05:41
INSTRUÇÕES DE USO OU MANUAL DO USUÁRIO DO PRODUTO	MANUAL DO USUÁRIO - CMS 6000.pdf	4131632/21-7 - 19/10/2021 - 05:41
INSTRUÇÕES DE USO OU MANUAL DO USUÁRIO DO PRODUTO	MANUAL DO USUÁRIO - CMS 7000.pdf	4131632/21-7 - 19/10/2021 - 05:41

20/09/2024, 12:00

Consultas - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Modelo Produto Médico

MONITOR DE PACIENTE CMS 7000

MONITOR DE PACIENTE CMS 8000

MONITOR DE PACIENTE CMS 9000

MONITOR DE PACIENTE CMS 6000

Exportar para Excel

Exportar para PDF

Voltar

Diante da informação acima solicitamos a desclassificação da sétima colocada no presente item.

Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação das licitantes recorridas, para o item 13 do presente certame, vez que não pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido.

Em outros termos, a recorrida cotou equipamentos em desacordo com a prescrição editalícia pelo que MERECE ser desclassificada, por uma questão de JUSTIÇA!

Diante das condições expostas em edital e dos produtos solicitados para o item 13, cumpre esclarecer que os equipamentos ofertados pelas arrematantes não atendem as especificações mínimas dos equipamentos, pois, estão em desconformidade com o edital, vez que ofertou equipamentos que não possuem as funções, acessórios, exigidos, ou seja, os equipamentos não atendem as especificações técnicas solicitadas.

Portanto, os equipamentos ofertados pelas empresas citadas, não atendem as exigências mínimas do edital, pelos fatos e fundamentos supramencionados.

Vê-se, portanto, que as propostas comerciais das empresas recorridas foram apresentadas em evidente desacordo com as prescrições editalícias. Assim sendo, resta evidente que as propostas das empresas contestadas merecem sofrer obrigatória desclassificação no presente certame face ao claro descumprimento da mesma às exigências do edital norteador desta licitação, sob pena de violação inquestionável aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, sob os quais deve pautar-se todo e qualquer procedimento licitatório.

Vejamos o que prescreve o art. 17 da Lei de 14.133/21, *in verbis*:

“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

...

V – de habilitação

...”

Assim, utilizar-se de outros critérios ou modificar os já existentes implicaria em integral afronta ao imperioso princípio do julgamento objetivo.

Vejamos, então, o que diz o Professor Toshio Mukai, *in* O novo estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos, p. 22.

“O princípio do julgamento objetivo exige que os critérios de apreciação venham prefixados, de modo objetivo, no instrumento convocatório, de tal modo que a comissão de julgamento reduza ao mínimo possível seu subjetivismo.”

No mesmo diapasão, vejamos o entendimento de Roberto Ribeiro Bazzili e Sandra Julien Miranda, *in* Licitação à Luz do Direito Positivo, p.56, ao dissertar sobre o julgamento objetivo nas licitações:

“Finalmente, para a plena efetivação do princípio em comento o julgamento deve ser realizado com observância dos fatores exclusivamente previstos no ato convocatório. Não basta, pois, a fixação do critério de julgamento; é preciso, ainda, que sejam previstos os fatores que serão considerados no julgamento, ajustados aos fins almejados pela Administração Pública. Na atual Lei 8.666, de 1993, estes não estão elencados, devendo, pois, ser fixados no ato convocatório. Contudo, uma vez estipulados no ato convocatório, o julgamento dar-se-á unicamente de acordo com eles.”

Como visto, o julgamento da proposta não pode dissociar-se, em momento algum, dos critérios objetivos estabelecidos no edital, sob pena de desviar-se do julgamento objetivo.

O que almeja a empresa ora Recorrente é que este Ilmo. Pregoeiro realize julgamento da proposta em conformidade com os ditames editalícios e parâmetros legais, ou seja, requer a recorrente que este Pregoeiro baseie sua decisão de acordo com os preceitos e condições constantes no ato convocatório desta licitação, bem como nas determinações vigentes.

É neste tocante que incide precisamente o princípio da vinculação ao edital, o qual deve nortear todo e qualquer procedimento licitatório, conforme preconiza o art. 5º da Lei nº. 14.133/2021, de 01 de

abril de 2021, que aprovou o regulamento federal para a modalidade de licitação denominada Pregão na forma Eletrônica, como se vê *in verbis*:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

Assim, por esses princípios, a Administração Pública (por meio do Pregoeiro e da Comissão de Licitação) e participantes do certame devem pautar as suas ações pelos termos do instrumento convocatório, ou seja, não podem agir, sob pena de violação à legislação vigente, nem além nem aquém do estabelecido no ato convocatório.

Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação da licitante, vez que não pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido.

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO, em seu festejado Curso de Direito Administrativo, ratifica *in totum* esse posicionamento legal, ao asseverar que:

“O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame ...”.

Logo, não se pode aceitar produtos que não atendem o que foi estabelecido pela Administração em seu edital. Vez que não atendem ao que pressupõe o instrumento convocatório, sendo que o aceite de equipamentos com características e/ou acessórios inferiores ao estabelecido prejudica a participação dos demais licitantes, levando vantagem no valor aqueles que ofertam em desacordo sobre os demais participantes.

Nessa linha de raciocínio, admitir que a Administração não se obrigue a cumprir com o que está explicitamente disposto no edital, significa, em outras palavras, desrespeitar ou fulminar claramente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A propósito, qualquer valoração, além do expressamente disposto no edital, importará na maculação ao referenciado princípio do julgamento objetivo, atribuindo-lhe conotação flagrantemente subjetiva.

Assim sendo, conforme a farta demonstração acima delineada, torna-se imperiosa a desclassificação das empresas recorridas.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer que esse ilustre Pregoeiro se digne:

O recebimento do presente recurso, tendo em vista que o prazo das razões recursais é tempestivo;

Não obstante a Recorrente admita a competência e notório saber jurídico do Senhor Pregoeiro bem como da Equipe Técnica, *data venia*, a Decisão deverá ser reformada, procedendo à desclassificação das licitantes recorridas, para o item 13, tendo em vista as desconformidades apresentadas, vez que não foram observadas na íntegra as especificações constantes do edital, conforme supra exposto.

Seja dado provimento ao presente Recurso, pela Comissão de Licitação, a fim de promover a **DESCCLASSIFICAÇÃO das empresas supracitadas**, por ser um princípio de justiça;

Subsidiariamente, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade superior competente, nos termos do Art. 165, § 2º, da Lei 14.133/2021.

Termos em que, pede deferimento.

Patrícia Bach
Sócia-Gerente